

Entrevista:

**Políticas de Drogas, Territórios, Economias, Ecologias e Segurança
Pública em perspectiva interseccional**

Rebeca Lerer¹

Renato Filev²

Esta é a transcrição do Episódio 33 do podcast *Maconhometro Ciência*, um programa do Cannabis Monitor Brasil (<https://cannabismonitor.com.br/>) em parceria com o Núcleo de Estudos em Psicoativos e Cultura, o PsicoCult, e apoio do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). A entrevista foi realizada no dia 06 de maio de 2025, e o episódio foi ao ar nos principais tocadores de áudio no dia 05 de junho de 2025, com o título de “*Revista Platô: Intersecção – Uso da terra, política de droga e justiça climática*”. A captação e edição do áudio foram feitas pelo historiador Gustavo Maia (Cannabis Monitor/Psicocult/INCT-InEAC) e a condução da entrevista ficou a cargo do antropólogo Marcos Verissimo (LABIAC/PsicoCult/INCT-InEAC), e o roteiro foi idealizado por Maia e Verissimo. A edição das transcrições ficou a cargo de Marcos Verissimo e Bruno Mibielli

Link para o Maconhometro Ciência:

<https://open.spotify.com/episode/44VTTAcxRpU4DdaiDGq27b?si=aa06043bb7d64d5c>

Marcos Verissimo (MV)

Olá, um salve para quem nos escuta³. Eu sou Marcos Veríssimo. Estamos de volta com o *Maconhometro Ciência*, esse projeto do *Cannabis Monitor*, em parceria com o

¹ Jornalista, ativista de direitos humanos e coordenadora latino-americana da Drug Policy Reform & Environmental Justice International Coalition.

²Neurocientista, pós Doutorado no Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes - PROAD do Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica da UNIFESP. Ativista antiproibicionista e coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

³ Embora a entrevista tenha sido editada, optamos por manter, nesta transcrição, a conversa como aparece no podcast, sem maiores edições no que se refere ao emprego de palavras e estruturas que fazem alusão a este formato oral de comunicação, incluindo suas reticências e alguma coloquialidade. Mantivemos também uma série de referências que tornam datada a entrevista, por entendermos que isso não interfere nos usos que poderão ser feitos dos conteúdos em estudos no campo da Segurança Pública. Os agradecimentos, ao final, também foram mantidos, na medida em que permitem à leitora e ao leitor, vislumbrar as redes

Núcleo de Pesquisas em Psicoativos e Cultura, o Psicocult, e que tem a proposta de trocar e aprender com pesquisadores brasileiros que têm a maconha, as drogas e suas políticas como objeto de estudo. O Psicocult é um grupo de pesquisa vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, o INCT-INEAC, e você pode conhecer mais sobre ele e suas ações, projetos de pesquisa, em psicocult.uf.br ou no perfil do Instagram, [@psicocult.uff](https://www.instagram.com/psicocult.uff).

Nesse episódio do *Maconhometro Ciência*, eu recebo dois grandes pesquisadores e ativistas da temática da maconha, das políticas de drogas e do antiproibicionismo no Brasil. Para a gente trocar uma ideia sobre o lançamento da edição especial da revista Platô, intitulada “Intersecção, Uso da Terra, Política de Drogas e Justiça Climática”, uma realização da *Iniciativa Negra*, da *Plataforma Brasileira de Política de Drogas* e da *International Coalition on Drug Policy, Reforms and Environmental Justice*. A revista Platô Drogas e Políticas é uma iniciativa da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas, lançada em 2017, sendo a primeira publicação brasileira a tratar exclusivamente sobre política de drogas, mobilizando artigos críticos, pesquisas e análises científicas em linguagem acessível e conectada às questões mais candentes dos diversos aspectos relacionados às políticas de drogas no Brasil e no mundo. Tem como objetivo a qualificação do debate público sobre drogas, a garantia da pluralidade de ideias, da promoção do conhecimento e do rigor metodológico e a construção de uma política de drogas solidária, justa e eficaz.

A edição especial “Intersecção” conta com uma seleção de 17 textos inéditos que trazem vozes e vivências de representações de várias partes do Brasil para compor uma análise diversa sobre as conexões entre a guerra às drogas e a busca por justiça territorial e climática, exploram os impactos das atuais políticas de drogas sobre os crimes ambientais e apontam caminhos possíveis para romper este ciclo de corrupção, racismo e desperdício de recursos públicos. A edição é o reflexo de um movimento coletivo que aponta soluções integradas como a estratégia para enfrentar duas crises conectadas que comprometem a governança territorial do Brasil. Seriam a emergência climática e a violência decorrente da guerra às drogas.

institucionais e de financiamento que permitem que estudos científicos sejam planejados, executados, e que seus resultados sejam divulgados para as sociedades e também possam subsidiar políticas públicas em campos variados.

A proibição alimenta redes criminosas ligadas ao narcotráfico, grilagem, desmatamento e garimpo ilegal. Especialmente na Amazônia, dificultando ações de proteção ambiental e justiça social. Diante da aproximação da COP30, a Conferência da ONU para o Clima, que ocorrerá em Belém do Pará em novembro de 2025 e que trará visibilidade global à região, a revista Platô propõe debates atuais sobre o tema e propõe alternativas para romper os ciclos de violência, racismo e degradação ambiental vigentes no Brasil.

E para conhecer mais a fundo sobre esse importante trabalho e trocar uma ideia sobre provocações que ela traz, eu recebo os coordenadores e curadores da publicação que são: Rebeca Lerer, que é jornalista, ativista de direitos humanos e coordenadora latino-americana da *Drug Policy Reforms and Environmental Justice International Coalition*; E o Renato Filev, que é neurocientista, ativista antiproibicionista e coordenador científico da Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

Salve, Rebeca! Salve, Filev!

Sejam muito bem-vindos ao *Maconhometro Ciência*. O Filev já é parceiro da casa, de longa data no *Maconhometro*⁴, e a Rebeca chegando aqui pela primeira vez é uma honra. Um prazer receber vocês aqui para trocar essa ideia sobre esse trabalho super interessante que vocês coordenaram. Muito obrigado por aceitarem o nosso convite.

Rebeca Lerer (RL)

Obrigada, gente, pelo convite. Muito feliz de estar aqui e compartilhar com vocês um pouco do processo da Platô e o porquê de a gente achar importante falar sobre essas intersecções.

Renato Filev (RF)

Salve, pessoal do *Maconhometro*. Salve, professor Marcos. Uma honra estar aqui com vocês novamente.

⁴ Renato Filev falou detidamente sobre seu trabalho no episódio número 5 do *Maconhometro Ciência*. A entrevista foi ao ar em 1 de setembro do ano de 2021, sob o título de “*Pesquisas sobre Cannabis na Neurociência*”. Para o leitor e a leitora que queiram ouvir: <https://open.spotify.com/episode/6n53ETd2BJj9feYSNXVb0q?si=v7cqm6C8THOuDbIXAvqLkw>.

MV

Bom, nós gostaríamos de sugerir que começássemos explorando o conceito de intersecção e suas potencialidades em estudos acadêmicos, bem como da perspectiva interseccional manifesta na publicação que acabaram de organizar na revista Platô, a partir do título “*O Uso da Terra, Política de Drogas e Justiça Climática*”⁵. Enfim, o que motivou a escolha desse tema para essa edição da revista?

RL

Bom, essa edição é resultado de um processo que a gente vem fazendo há mais de um ano, de conversa com vários grupos da sociedade civil brasileira e também internacionais, um levantamento que a gente vem chamando de uma *escutativa*⁶, para justamente identificar essas sobreposições entre as políticas de drogas, de uso da terra, e medidas de contenção da crise climática aqui no Brasil. Pensando que as principais drogas que foram criminalizadas são produzidas ou são plantas e, portanto, usam a terra para serem produzidas, dependem da terra para serem cultivadas.

Aqui no caso da América do Sul e do Brasil, a gente focou em duas plantas que têm a sua cadeia produtiva localizada na nossa região, com destaque para a folha de coca e para a maconha. Então, a gente quis olhar para uma parte desse debate que geralmente passa batido, que fica invisível, que é justamente essa cadeia produtiva e econômica que não começa nos pontos de venda, não começa onde a polícia geralmente opera nas favelas e periferias, que é o varejo das drogas e, também, não começa nos portos de exportação, onde são realizadas grandes apreensões espetaculares e tal. Começa a milhares de quilômetros de distância daqui, nos cultivos de coca na região da Amazônia Andina, em países como Colômbia, Bolívia e Peru, que fazem fronteira com a Amazônia brasileira e nos grandes latifúndios de maconha concentrados especialmente no norte do Paraguai.

Com essa publicação, a gente quis trazer visibilidade, “dar voz”, trazer para o debate outros territórios que são impactados pela política de drogas, pela política de

⁵ Link para a publicação na íntegra: <https://iniciativanegra.org.br/interseccao/>.

⁶ O conceito de “*escutativa*”, ao qual a entrevistada faz alusão, operacionalizado em campos de estudos diversos como podem ser a Psicologia (e outras Ciências da saúde), a Comunicação Social e as Ciências Sociais (entre outros), refere-se a uma prática de ouvir atentamente uma pessoa com quem se estabelece interlocução, com interesse e compreensão, ao invés de ouvir com o intuito de instrumentalizar o conteúdo daquilo que se escuta. Seria, portanto, uma forma ativa de fala, onde a atenção é dada não apenas às palavras, mas também ao contexto, aos sentimentos e às intenções do interlocutor.

proibição dessas plantas e que geralmente não são incluídos nas conversas sobre esse tema, que ficam nas mãos de policiais e médicos, como se as drogas brotassem prontas nas biqueiras e não fossem economias e indústrias consolidadas que usam a terra, que empregam pessoas, que pagam propina, que circulam por estradas e movem toda uma máquina logística e financeira que praticamente não é abordada nos debates sobre drogas. A ideia da revista foi trazer essas perspectivas para a gente começar a montar esse diagnóstico e entender como uma política pública retroalimenta a outra. Quanto mais descontrole territorial você tem é pior. E a gente viveu aí, entre 2018 e 2022, um desmonte da governança territorial no Brasil. A gente falava da boiada nas leis ambientais, mas na prática foi você abrir terras para todo tipo de ocupação, invasão, mineração, infraestrutura.

Então, essa crise na governança ligada aos efeitos da proibição e as mudanças nos mercados de droga, alta demanda por cocaína especialmente, agravaram a situação de violência e violação de direitos humanos. Não só na Amazônia brasileira, mas também no Cerrado, no Pantanal, na Mata Atlântica, em todos os biomas, que é onde a gente vive, né? A gente fala dos biomas como se fossem coisas separadas, mas são os lugares onde a gente vive, então essa foi a ideia, falar a partir dos territórios sobre um problema que é nacional, transnacional e essencialmente econômico e de modelo de produção e controle.

RF

Dentro desse tema, trazendo o conceito de intersecção, acho que é uma busca de tentar aproximar conceitos que são separados de maneira didática – talvez, cada um no seu quadrado, estudando o seu campo – para uma realidade. Então, a intersecção justamente traz essa provocação de que as coisas são integradas, assim como os biomas são integrados, as políticas e as práticas criminosas e o dinheiro, ele está circulando e integrando todas essas atividades. Então, quando a gente pensa na intersecção e como cultivares obtêm um valor agregado altíssimo justamente por conta da política que é empregada a essa cadeia produtiva, a gente percebe que existe um interesse em manter essa política estruturada da forma como ela está. Isso acaba impactando o todo, como a Rebeca trouxe, desde os campesinos até os distribuidores, varejistas ou exportadores dessas plantas e substâncias que delas provém.

O que a gente fez aqui foi juntar dois campos de lutas históricos no Brasil, a Rebeca é uma ativista de longa data, da pauta meio ambiente e da política de drogas. A revista coroou esse trabalho que ela vem fazendo com tanto cuidado, com tanta profundidade ao longo desses anos todos e a Platô, nessa perspectiva de edição especial, na qual a gente busca - além de trazer novos dados de pesquisas originais, também divulgar a ciência, divulgar o que vem sendo feito - convergir diversas vozes num tema único, uníssono, que é como que essas políticas, tanto do uso da terra quanto da política de drogas e, no caso, a proibição de determinadas plantas, como elas acabam impactando de maneira drástica, inclusive a nossa democracia, mas com impacto socioambiental muito importante e que precisa ser revisto para que a gente possa avançar como país.

MV

E quais foram os principais critérios para a seleção dos artigos e autores participantes da edição? A edição traz textos com abordagens muito diversas, desde análises históricas até narrativas de resistência. Então, como vocês lidaram com o desafio de articular esses diferentes formatos em torno de uma proposta coesa?

RL

Bom, como eu disse, a gente já está nesse processo de explorar essa intersecção, do ponto de vista intelectual, de informação, de engajamento da sociedade civil, como o Renato falou. E no ano passado a gente fez um encontro em Brasília, uma imersão, que a gente reuniu cerca de 30 organizações e movimentos de luta pela terra, movimentos de reforma agrária, de direitos indígenas, quilombolas, pesquisadores de vários pontos da Amazônia Legal, também especialistas em segurança pública, em política climática, em políticas de drogas. Então, a gente fez esse primeiro encontro e boa parte dos autores que estão publicados na revista participaram desse encontro. Essa edição é resultado dessa articulação, dessa conversa e dessa *escutativa* que a gente vem promovendo há mais de um ano.

Em todo o projeto, a gente tem tomado muito cuidado com como a gente lida, eu sendo de São Paulo, obviamente não sou desses territórios que estão ameaçados na floresta, no campo, e nem mesmo aqui na cidade, eu não moro na periferia, mas como fazer de uma forma que os territórios se sintam respeitados, representados, sem nenhum

tipo de artificialização desses lugares. Acho que tem um lance de ter uma responsabilidade no convite, no trato, na forma de engajar essas pessoas, e isso acho que se reflete na revista, porque a gente deu total autonomia e liberdade para os autores e autoras convidadas. Você quer escrever individualmente ou institucionalmente? Em nome do seu coletivo ou com o seu ponto de vista individual? Então, tanto na forma como a gente convidou, comissionou os textos, como na edição a gente procurou totalmente respeitar a linguagem que cada pessoa trouxe, que reflete a sua forma de trabalhar e não ficar amarrado por um padrão acadêmico ou editorial em nome de uma cultura também um pouco elitista.

A gente quis fazer uma coisa que tivesse uma diversidade que fosse autêntica, de acordo com o material que a gente recebeu dos autores e autoras. Nosso critério foi diversidade geográfica, demográfica, racial, de gênero e de perspectivas também, de pessoas que estão lidando com essa intersecção no seu território, mas de lugares de fala diversas, digamos assim.

Então, alguém que está mais na área da saúde, alguém que está mais na área do direito, alguém que está mais na área do trato com a comunidade, alguém que é da comunidade e foi vítima dessas dinâmicas predatórias. A gente quis trazer esse portfólio mesmo de vivências e visões para abrir esse debate de uma forma bem estruturada e representativa no máximo da nossa capacidade. Claro que 17 artigos não dão conta, vou usar aqui uma palavra que eu uso pouco, mas que eu gosto: miríade. Miríades de temas que essa intersecção acaba cobrindo, mas acho que é um bom começo. A gente está feliz com o resultado, os autores se sentiram contemplados e vamos continuar, é só o começo. A gente tem muito trabalho ainda pela frente.

Acho que o mérito desse projeto, só pegando o gancho aqui, eu e o Renato, a gente está aí trabalhando, discutindo a legalização da maconha há mais de 15 anos, quase 20, que a gente se conhece, e a gente precisava ampliar, a gente ficou muito preso em uma questão das plantas, é muito importante a maconha, a droga mais consumida, a maior responsável por índices de violência racial e social, encarceramento de jovens, porém, do ponto de vista econômico e da corrupção e dessa cadeia produtiva de alto valor agregado, a gente precisa ter um debate sóbrio sobre o mercado de coca, cocaína e crack na América do Sul e especificamente no Brasil. No Brasil é um tema que tem muito estigma, um tema muito carregado, falar sobre cocaína.

E a gente acaba não discutindo uma fonte de dinheiro e de corrupção que está aí bombando, está armando grupos, está ameaçando comunidades, está corrompendo instituições e desviando dinheiro de investimentos públicos em outras áreas. Então, a gente também quis abrir esse debate sobre a cadeia produtiva da coca e da cocaína da forma mais responsável e pragmática possível para ver se a gente consegue finalmente falar sobre políticas de drogas como um tema de desenvolvimento socioeconômico, ambiental, climático e não só como um caso de consultório médico ou delegacia de polícia. Então, um pouco da estratégia dos critérios que a gente usou passaram por aí.

RF

Quando a gente teve a oportunidade de nos conhecermos, de nos encontrarmos em Brasília, nesse primeiro encontro de intersecção, a gente pôde ver que, mesmo diante da diversidade de origem, da diversidade cultural das pessoas que participaram das atividades lá, a temática era semelhante. As pessoas padeciam de problemas complexos, mas que se assemelhavam, mesmo pessoas que lutam pelas questões da terra enxergavam as conexões ou as intersecções com a política de drogas. E quando a gente pensa na política de drogas, o quanto ela vem, inclusive, sendo declarada pelo governo, pelas polícias, ineficaz, inefetiva naquilo que ela se propõe. Grande parte das pessoas presas no Brasil hoje estão por conta de crimes relacionados a drogas.

Quando a gente vê a droga que mais encarcera pessoas é a maconha. Quando a gente vê a droga que mais proporciona lucro ao crime organizado é a cocaína. E mesmo assim, recentemente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública lançou um relatório, "Siga os Produtos", no qual ele tenta estimar os valores recebidos pelo crime em geral⁷ e a gente vê que o tráfico de cocaína é uma pequena parte de uma amplitude de crimes que envolvem uso de terras, que envolvem crimes digitais, que envolvem grilagem, tráfico de armas de pessoas, biopirataria etc... E que a contenção ou a repressão a esse tipo de crime é ínfima quando comparada à perseguição das pessoas que estão com pouca quantidade de maconha.

⁷ Para acessar o relatório citado pelo professor Renato Filev:
https://static.poder360.com.br/2025/02/FOLLOW-THE-PRODUCTS-2025-v06-digital_FINAL-1.pdf.
Consulta em 11 de junho de 2025.

Então, há uma ineficácia do governo e das políticas, da estratégia pública de tentar barrar esse tipo de estratégia bilionária. A gente pode pensar no Gabriel Feltran⁸, no Tiago Rodrigues⁹ e em outras pessoas que pensam em crime organizado e que mostram que esse recurso acaba se tornando legal em algum momento. Então, o dinheiro do ouro minerado ilegalmente, o dinheiro da terra, o dinheiro das drogas, em algum momento ele retorna para os grandes centros financeiros, retorna para dar suporte a alguma empresa que lava esse recurso, legaliza esse recurso. E pouco disso a gente vê que acaba sendo solucionado por uma estratégia de inteligência policial ou por uma política pública.

Nesse sentido, a gente acabou fortalecendo laços com essas pessoas que às vezes estão lutando por pautas que parecem ser distintas, mas elas se assemelham muito numa carência de Estado, numa ausência de política pública, numa necessidade de ter mais ativistas. Só de você ser ativista parece que você está falando com as paredes, que ninguém está te ouvindo, porque não é o interesse discutir ou trazer uma proposta, uma proposição efetiva de melhora dessa condição e dessa situação. Eu acho que isso não tem solução sem que a gente traga mais pessoas para estarem atentas a essa intersecção, a essa dinâmica que acaba afetando a todos nós. Então, acho que essa que é a tônica do projeto. A gente vê os artigos com pessoas diferentes, de diferentes culturas, mas ali acaba todo mundo tocando em pontos que se repetem, se assemelham ao longo da publicação e ao longo da nossa experiência.

MV

Há algum texto que vocês consideram particularmente emblemático do espírito dessa edição? Qual ou quais vocês destacariam como nevrálgicos para o entendimento da problematização que está sendo posta?

RL

Bom, não quero criar problema com ninguém aqui também por escolher um favorito. Eu acho que, sabe aquele disco de banda que a gente gosta, que ele é feito para você ouvir, fazer uma audição do disco, ouvir da primeira até a última música, porque tem uma lógica ali, tem uma sequência e uma coisa como o Renato falou, você vê que

⁸ Gabriel Feltran, sociólogo, professor e pesquisador na CEE Sciences Po, na França.

⁹ Thiago Rodrigues, cientista político, professor e pesquisador na Universidade Federal Fluminense (UFF).

argumentos vão se repetindo, análises vão se repetindo apesar da diversidade. Então, a minha dica é que a galera tome um tempinho para ler a revista com calma, ler os artigos. Não precisa ser necessariamente na ordem, mas existe uma ordem.

A gente começa com esse texto meu e do Renato, explica essa conexão das cadeias produtivas das drogas à base de plantas, com foco maior na coca. E depois a gente tem uma pessoa do Acre falando sobre a questão das fronteiras. A gente tem a juventude indígena de Rondônia mostrando como as drogas, inclusive o álcool, são usadas como verdadeiras armas para invadir, para a invasão desses territórios indígenas como forma de aliciamento, como forma de quebrar as tradições rituais, as tradições comunitárias. E aí vai nessa progressão, vai atravessando o território nacional e em cada lugar, a gente vai entendendo como a proibição aterriza nessas regiões e gera dinâmicas de violência específicas, sejam ligadas ao agro, sejam ligadas ao garimpo.

Eu acho que também trabalhar aspectos como a questão da onça pintada, por exemplo, fazer essa conexão entre ameaças à biodiversidade e a política de proibição e os conflitos territoriais que são decorrentes do proibicionismo. É muito interessante porque muita gente primeiro se comove mais com bicho do que com gente sofrendo, então a gente quis trazer também essas pessoas. Porque se a gente está falando de soluções integradas para problemas relacionados, a biodiversidade também é parte da solução. O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo e, quando a gente fala de justiça climática, isso envolve também humanos e mais que humanos, envolve rios, envolve animais, envolve as próprias plantas, todo esse patrimônio ecológico que a gente tem. Então, a ecologia da coisa, tanto das plantas que foram criminalizadas, quanto de todos os seres vivos que são afetados pela proibição, foi um elemento que a gente quis trazer e acho que isso é novo.

E a participação das mães, as Mães de Maio¹⁰, o pessoal da Amparar¹¹, Quilombo Rio dos Macacos¹² é muito importante o trabalho que essas mulheres fazem, elas já fazem um trabalho da intersecção, porque elas atuam em territórios onde o racismo ambiental é ostensivo e o braço armado do Estado se utiliza da guerra às drogas para fazer o controle desses territórios. Então, as mães têm um papel importantíssimo na nossa perspectiva e ficamos muito felizes por contar com a participação de três mães na nossa publicação. Mas como eu disse, todos os artigos são especiais, foram produzidos com muito empenho, foi muito bonito o processo de adesão, né... vou confessar aqui que a nossa ideia era ter 10 artigos e aí foi para 12... foi para 15... foi para 17, porque todo mundo que a gente convidava queria participar, e a gente deu nossos pulos aqui para que todo mundo tivesse esse cuidado, apoio, ajuda de custo, tudo certinho para a gente ter uma publicação também ativista, mas bastante profissional, vale a pena dar atenção para todos os textos.

RF

Difícil responder essa pergunta, Marcos, porque eu acho que a revista é exatamente o que a Rebeca falou, é um mosaico que compõe um retrato complexo e que é assustadoramente repetido ao longo dos diferentes biomas, das diferentes regiões e localidades e culturas, que as pessoas que escreveram acabam relatando e mostrando para a gente o quanto que essa dinâmica é indissociável. A questão climática e a política de proibição de determinadas plantas e que essa proibição acaba agregando um valor aos produtos que se originam dessas plantas. Então, acho que a intenção foi mostrar de ponta a ponta esse ecossistema da cadeia produtiva, desde plantas nativas como a coca, mas exóticas como a cannabis, que vem da Ásia, mas que aqui no Brasil, no polígono da

¹⁰ O Movimento Independente Mães de Maio é uma organização que se formou a partir da mobilização de mães, familiares e amigos das vítimas dos Crimes de Maio de 2006, como ficaram conhecidos os atos ocorridos os atos de arbitrariedade e brutalidade ocorridos em São Paulo naquele mês e ano. Se articulam para avançar na luta pela memória, pela verdade e por justiça às vítimas – 493 pessoas, das quais mais de 400 eram jovens negros, descendentes afroindígenas ou pobres (<https://www.instagram.com/movimentomaesdemaio/?hl=es>).

¹¹ A Associação de amigos e familiares de presos/as de São Paulo (AMPARAR) é um movimento social organizado por familiares e amigos de presos/as e egressos do sistema prisional. Atua desde a fundação, com a missão de acolher os familiares de pessoas presas, encaminhar casos à Defensoria Pública e na realização de denúncias de violações de direitos, geralmente em articulação com outras organizações da sociedade civil. (<https://www.instagram.com/p/B-cjXjXgYRK/>)

¹² O Quilombo Rio dos Macacos é uma comunidade remanescente de quilombo localizada na cidade de Simões Filho, no estado da Bahia, contando com cerca de 67 famílias vivendo em uma área de 104.8787 hectares (<https://www.instagram.com/quilomboriodosmacacos/?hl=es>).

maconha, no sertão nordestino, mas também no Paraguai, grande produtor, acaba deixando um rastro de violência, de uso da terra de maneira indevida, de corrupção, de grandes recursos sendo mobilizados para o crime, ao invés de serem revertidos para a sociedade e para o meio ambiente. Por isso é difícil escolher um texto, até porque eles estão muito dinâmicos, são textos não longos e acho que vale a pena ali as pessoas darem uma olhada, darem uma folheada, até porque tem imagens ilustrativas também do Victor Moriyama¹³, que é um parceiro que assinou aqui junto conosco a produção das imagens que integram a revista. Então, acho que é difícil escolher um, mas acho que vale a pena para quem trabalha com algum dos temas, tanto com quem trabalha com justiça climática ou com política de drogas, para que ele entenda um pouco o quanto uma coisa está ligada com a outra.

MV

A publicação aborda a lógica da guerra às drogas como estratégia de dominação territorial. Então, como essa lógica se relaciona com os projetos econômicos que geram devastação ambiental? Como o nosso ouvinte leigo pode visualizar esse impacto?

RL

É uma ótima pergunta. Bom, se você olhar, a gente ainda tem que pesquisar muito, porque não existem todos os dados sobre os valores, a cadeia de valor e os impactos da cadeia produtiva da coca e da cocaína na América do Sul, mas a gente sabe que 99% da cocaína do mundo hoje é produzida nesses três países, Colômbia, Bolívia e Peru, que fazem fronteira com o Brasil. Então, quando a gente pensa nisso, a Colômbia, que é o maior produtor, 67% do total, e na Colômbia, acabei de voltar de lá e conversando com pesquisadores colombianos lá, mais de 95% da produção de folha de coca é destinada para a produção de cocaína, sendo que a folha de coca pode ser utilizada in natura para desenvolvimento, cosméticos, fitoterápicos, o próprio *mambi*, que é a forma tradicional não industrializada, não sintética, de consumo dos alcalóides, os chás, os extratos, os cremes, os alimentos, tudo que pode ser feito a partir dessa planta e que vem sendo feito

¹³ Victor Moriyama é um fotógrafo e educador brasileiro cujo trabalho se concentra em documentar os diversos impactos do desmatamento na Amazônia. Moriyama é colaborador regular do *The New York Times* e trabalhou como fotógrafo freelancer para as revistas *National Geographic* e *Time*. Fonte: <https://dialogue.earth/es/author/victormoriyama/>. Consulta em 14 de junho de 2025.

há milênios por comunidades andinas tradicionais, isso se perde muito em função da proibição da folha de coca e da proibição da cocaína.

Então, a partir do momento que a coca é criminalizada e a cocaína também, e a cocaína vale, em média, o grama da cocaína na Europa vale, em média, 80 euros para mais, né? Você entende que tem um valor agregado relativo maior que o ouro, porque tem uma liquidez maior que o ouro. Então, as pessoas não compram ouro toda semana ou todo mês, mas usuários de cocaína usam cocaína todo dia, toda semana, todo mês. Então, tem uma liquidez nesse mercado que acaba gerando capital de giro para todas as redes de criminalidade. Isso passa voltando do destino final, Europa. Se você reverter essa cadeia, bate lá na comunidade campesina colombiana que cultivava folhas de coca há milênios. E essas comunidades são criminalizadas.

A Colômbia e outros países, durante muitos anos, adotaram políticas de pulverização aérea de pesticidas como o glifosato, que é produzido pela Monsanto para erradicar os cultivos de coca e mesmo assim hoje você tem a maior área já cultivada com coca na Colômbia em toda a história, depois de 30 anos de plano Colômbia e milhões de dólares envolvidos nessa dispersão aérea de glifosato, cada sobrevoo desse, de acordo com a conta que me falaram, é para você erradicar um hectare de coca com uma dispersão aérea que custa em torno de 100 mil dólares, cada hectare de coca. Então, é só fazer a conta. E aí você tem esses atores que também lucram com a proibição, como as empresas de agrotóxicos, por exemplo, que nunca são nomeados e que estão envolvidos justamente nos modelos de ocupação e uso da terra.

Então, na Colômbia você tem um problema que você remove as comunidades cocaleiras, elas entram em novas áreas de floresta para ficar mais escondidas, para fugir dessa repressão do exército, das forças armadas e da polícia, e essas áreas viram pasto para gado. Elas não são, *“vamos fazer aqui um programa de agroecologia, vamos fazer um assentamento, uma reforma agrária”*. Não. Tiraram os cocaleiros e colocaram pecuária extensiva. Isso acontece lá, ou entra um projeto de mineração ou entra um projeto de infraestrutura. Então, é uma máquina que não erradica, não elimina os cultivos de coca, mas abre caminho para essas outras frentes econômicas predatórias que incrementam o desmatamento. Então, essa é uma das questões, por exemplo.

Tem outros problemas associados, muitos laboratórios de refino são localizados também em áreas de floresta para se esconderem das guerrilhas, para se esconderem das

milícias e do próprio Estado. E os precursores químicos usados no processo de refino, acetona, éter, diesel, querosene, cimento, todos os produtos químicos que são usados para produzir a cocaína em pó, acabam sendo jogados nos rios e no solo, contaminando comunidades, contaminando a biodiversidade, isso antes de atravessar a fronteira com o Brasil. Atravessando essa fronteira, você tem um país que é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, que é o nosso caso, incluindo o uso de crack, que é uma forma de cocaína, de você ofertar cocaína para uma classe com menos poder aquisitivo, e o Brasil não tem acesso aos fitoterápicos, não tem acesso aos produtos da folha de coca, que poderia ser, além de uma opção econômica de menor impacto, também uma opção de redução de danos para o uso de cocaína aqui no Brasil, você substituir a cocaína refinada pelos fitoterápicos. A gente não discute esse mercado e a gente abriga a indústria e a logística desse negócio. Então, ao mesmo tempo, a gente chama de zonas de trânsito e é uma região de consumo. Isso torna o Brasil um elo-chave na cadeia global de produção e distribuição da cocaína. Somos a principal rota de exportação para a Europa e para a Ásia também, via norte da África. Porto de Santos é o segundo maior exportador da droga no mundo. E você tem laboratórios pelo Brasil inteiro. Toda hora a gente vê uma notícia de um laboratório de cocaína descoberto pela polícia em Jundiaí [cidade do interior de São Paulo], no interior de Minas, no interior do Mato Grosso, no Pará, no Amazonas. Então, essa logística dessa cadeia produtiva está espalhada pelo Brasil, gerando um monte de emprego. A gente não sabe quantas pessoas essa indústria emprega e onde estão esses grandes *hubs* de distribuição, pensando friamente no mercado como qualquer outro.

Também não sabemos quanto de dinheiro exatamente essa economia movimenta. Os dados da ONU dão conta de que o tráfico de cocaína no Brasil equivale a 4% do nosso PIB. O que eu acho que é subestimado, mas já é um valor absurdo, pensando que a soja, que é a principal commodity, é cerca de 20% do PIB. A gente tem que olhar para isso de uma forma mais pragmática. Porque a Europa tem países discutindo regulação do uso de cocaína. Os países andinos estão pleiteando na Organização Mundial de Saúde a descriminalização da folha de coca. Se as duas pontas do mercado regularem ou descriminalizarem e o Brasil continuar nessa linha dura super proibicionista, a gente vai ficar com todos os custos sociais e de repressão, que vão ser terceirizados para nós. Essa é a minha tese, entendeu? E o dinheiro mesmo do mercado ilícito, todo o contrabando vai se concentrar aqui. E a gente tem que pensar sobre isso, porque essa é uma questão

geopolítica e de desenvolvimento regional latino-americano, sabe? Que tipo de economia a gente quer ter, que tipo de controle sobre o comércio de armas e a lavagem de dinheiro a gente quer ter, e como isso prejudica até a adaptação climática, porque esse dinheiro arma os grileiros, arma os garimpeiros, instrumentaliza políticos locais para enfraquecerem o licenciamento ambiental e apoia essas milícias rurais que ameaçam as lideranças comunitárias e colocam essas comunidades no fogo cruzado entre a repressão militarizada, o tráfico e os próprios traficantes.

E a gente sabe que em algum momento essas coisas se encontram porque não existe crime organizado sem a cumplicidade ativa do Estado, senão seria *freelance*, não seria organizado. É isso, é bem profundo e complexo e exige que a gente não pense na cocaína, em tudo que você ouviu falar na lavagem cerebral que a cocaína é o fim do mundo e entender que isso é uma economia de trilhões que movimenta muitas peças no tabuleiro do que é a nossa economia e a nossa governança aqui no Brasil.

RF

E eu, escutando a Rebeca falar aqui, lembrei da Convenção da ONU de 1988, no qual os países signatários compactuam o combate ao narcotráfico. A partir daí é implementado o *Plano Colômbia*. Então, quando a Rebeca traz o dado, que é um dado oficial das Nações Unidas, mostrando que o ano passado foi o recorde de cultivo de coca, de territórios que cultivam coca nesses três países. E esse recorde vem sendo batido ano a ano, desde 2019. Então, não é que houve um salto, mas o negócio vem sendo ampliado de maneira estratégica, inclusive com outros países buscando, de alguma forma, desenvolver o cultivo de coca, porque isso é muito lucrativo, países na América Central, países no Sudeste Asiático, o quanto que a gente é incapaz mesmo de controlar. A fumigação do glifosato proporciona *efeito bexiga*, então as pessoas deixam de cultivar em um lugar e vão cultivar no outro. E isso não é eficaz e custa muito dinheiro.

Como é que a gente sai desse ciclo vicioso que é um combate de enxugar gelo? Todo mundo, inclusive os agentes de segurança, eles reconhecem que estão enxugando gelo. Aí é quando a gente vem aqui para o Brasil, o segundo maior consumidor de derivados da coca no mundo, só ficando atrás dos Estados Unidos, a gente tem uma outra dinâmica, que são as dinâmicas das facções. Então, o modelo do Comando Vermelho, uma espécie de maçonaria, talvez, não sei, que foi exportado para outras regiões do Brasil,

de controle territorial que é imposta a partir da conduta do “*proceder*” ali orientado pelo comando, ele deixou de ser exclusivo das comunidades do Rio de Janeiro e hoje eles acessam qualquer aglomeração de pessoas humanas no norte e no nordeste do país. Antes, enquanto existia, por exemplo, cultivos de maconha tradicionais, no Maranhão, a Manga Rosa na Bahia, o Cocô de Cabrito em Cabrobó, enfim, regiões tradicionais de cultivo de maconha, hoje estão sendo aliciados por uma organização criminosa maior, nacional, que busca o controle do varejo daquele território.

Quando a gente fala de varejo, me impressiona a capilaridade na logística do tráfico em chegar em qualquer aglomeração de pessoas com uma substância ilegal. Então, como é que você consegue atravessar fronteiras com toneladas, fronteiras nacionais, fronteiras estaduais, com toneladas de uma droga, que é produzida longe do lugar onde ela vai ser consumida? E, a despeito das apreensões, a gente ouve na imprensa todo dia, nove campos de futebol foram erradicados, com plantação de maconha, ou então um caminhão com 50 toneladas de maconha foi apreendido. E isso não impacta no mercado varejista? Nada impacta. Então, como que essa dinâmica funciona? Acho que essa é uma pergunta que a gente provoca aqui o ouvinte a refletir sobre um mercado que mesmo nesse estado de proibição, ele acaba sendo pouco ou quase nada impactado pela política que se propõe a erradicá-la.

RL

Eu só queria fazer um complemento aqui, porque é uma coisa que tem tudo a ver com isso. Durante a pandemia, por exemplo, tudo aumentou de preço na pandemia. O gás, a luz, a comida, tudo ficou mais caro e tal. Quem conhece os preços, acompanha os preços do mercado de drogas, sabe que não foi o caso. Não faltou droga, não faltou cocaína, não faltou maconha. Todo ano tem a crise do prensado, mas essa é uma questão já histórica. Mas não faltou droga, não faltou aqui no Brasil, não faltou na Europa, mesmo com lockdown, mesmo com tudo parado. Esse mercado continuou sendo muito eficiente no ponto de vista da logística e da distribuição.

Isso que o Renato colocou, por exemplo, essa erradicação dos cultivos nacionais de maconha, a maior pressão na fronteira do Paraguai e, ao mesmo tempo, a legalização progressiva nos Estados Unidos, o negócio da maconha para os traficantes mexicanos que vendiam para os Estados Unidos deixou de ser atrativo, porque agora eles cultivam lá,

pararam de comprar maconha colombiana para vender nos Estados Unidos. Você tem uma sobre oferta de cannabis colombiana hoje que está vindo para onde? Para cá. Todo mundo reparou que hoje tem o *Colombinha*, em qualquer biqueira do Brasil, qualquer quebrada, tem o *Colômbia*. Que é um semi-prensado, uma flor seca, digamos assim, mas é um produto de maior qualidade do que o prensado básico aí paraguaio, num valor mais acessível do que as flores cultivadas indoor, etc., ou importadas.

Para quem acompanha o mercado de cannabis, a gente vê uma ampliação da oferta e do consumo de maconha colombiana no Brasil. E aí, na Colômbia, o que acontece? Como existe um mercado muito grande de cannabis no Brasil, são os mesmos grupos que trazem. É um tráfico integrado de maconha e cocaína, muitas vezes. O dinheiro da cannabis volta para os grupos armados que estão envolvidos nos conflitos lá na origem. Então, um pesquisador colombiano me disse exatamente isso. Enquanto não legalizar o cultivo de maconha no Brasil, o dinheiro do tráfico de cannabis colombiana – e lá na Colômbia a cannabis já foi descriminalizada, - já está num outro ponto de legislação, está retroalimentando, num outro exemplo de efeito bexiga que acontece nessas economias ilícitas. Isso se repete tanto no varejo quanto nas zonas de produção.

Então, a proibição gera essa dinâmica e ela também gera essa dificuldade de você discutir esse assunto de uma forma racional, que enxergue a realidade do que é tanto o uso de drogas nos seus diferentes padrões de consumo, quanto nesse modelo de produção e distribuição que, por baixo da proibição, não é controlado, não tem controle, ao mesmo tempo que é supereficiente. Então, assim, é um negócio que tem que ser estudado, entendeu? A NASA tem que estudar porque os caras realmente, do ponto de vista da logística do negócio, eles são muito eficientes. E só para concluir, tudo isso tem que ser analisado num contexto mais amplo da saúde mental coletiva: por que as pessoas usam drogas? A gente tem sempre que lembrar por que esse mercado existe. É uma questão que faz parte da experiência humana, mas a gente está vivendo um contexto de acirramento, de crise, de insegurança, insegurança financeira, precarização do trabalho, então uma discussão da jornada 6x1, por exemplo, tem tudo a ver com saúde mental e tem tudo a ver com o abuso de substâncias, mas esse link tampouco é feito.

Quanto mais inseguras as pessoas tiverem em todas as suas dimensões da segurança, mais elas vão buscar alívio, uma fuga ou uma automedicação no uso de substâncias ou em comportamentos abusivos e isso vai gerando uma espiral de crises

mesmo, porque aí você olha os dados do SUS, de quantos atendimentos, do aumento dos casos de abuso de cocaína e crack, de questões de overdose, e enquanto isso a gente não tem um protocolo de saúde para tratar dessas pessoas, pessoas que usam cocaína, mas não necessariamente desenvolvem um problema, não tem qualquer tipo de assistência, ou orientação, elas estão largadas da própria sorte, e aí a gente vê as comunidades terapêuticas bombando, oferecendo uma salvação que não existe, enquanto essa máquina de moer gente, que é o sistema carcerário, e a corrupção, continuam bombando, e o mercado continua bombando. Então, a nossa perspectiva é que a gente olhe tudo isso como efeitos dessa escolha política pela proibição. E não que mudar a lei de drogas vai mudar tudo de uma vez, mas de exato é um nó importante, entendeu? Que vai abrir caminho para a gente resolver várias outras coisas.

RF

Inclusive, o que a Rebeca traz é evidenciado pelas próprias Nações Unidas também no Relatório Mundial de Drogas, no ano de 2022, que fala que o uso de maconha e de tranquilizantes aumentou durante a pandemia.

MV

Muito bom, pessoal, muito bom mesmo. Bom, agora eu gostaria de explorar um pouco a perspectiva das diferentes organizações que estiveram realizando juntamente esse projeto, a saber, a *Plataforma Brasileira de Política de Drogas*, a *Iniciativa Negra por uma Política sobre Drogas* e a *Coalition on Drug Policy Reform and Environmental Justice*. Então, como cada uma contribuiu para o resultado final, que é a publicação?

RF

Bom, a plataforma vem de algum tempo para cá tentando trazer assuntos de importância social e de importância para a política de drogas dentro dessa publicação, a Platô, que é uma das principais publicações nossas, com maior periodicidade. E dada a nossa experiência, provocado pela Rebeca no nosso encontro em Brasília, do *Intersecção*, a gente achou que seria uma grande conquista para nós se a gente pudesse trazer essa pauta para a Platô e para a plataforma como um todo. A plataforma volta o seu olhar - desde a publicação da Agenda Brasileira de Política de Drogas já vinha dando sinais, o

que foi feito no ano passado, a publicação dessa agenda - para a questão da justiça climática. Com a *Iniciativa Negra*, uma parceira também de longa data da plataforma, e claro, com a provocação da Rebeca, a gente se uniu para realizar essa publicação. Já a *International Coalition*, eu deixo para a Rebeca comentar.

RL

O Intersecção começou assim, eu tenho esse *insight*, escrevi alguns documentos sobre isso e aí logo de cara chamei a plataforma e a Iniciativa Negra para conversar. Eu trabalho de forma autônoma já há quase 10 anos, tenho esse trabalho de desenvolver projetos e campanhas e estratégias de comunicação para diferentes causas e organizações da sociedade civil. Então, ele tem esse arranjo institucional bem peculiar, o projeto, e nessa caminhada eu conheci a *International Coalition on Drug Policy Reform and Environmental Justice*, que é essa coalizão internacional sobre políticas de drogas e justiça ambiental, que é uma rede de mais de 100 pessoas de cerca de 20 países, que entendem, também veem essa intersecção acontecendo nos seus territórios. Então, tem desde um agroecólogo lá do Himalaia que desenvolveu um projeto com fibra de cânhamo, ele está na rota do tráfico de heroína, e é muito interessante ver as semelhanças que tem com o Brasil, que está na rota do tráfico de cocaína, até uma pessoa que trabalha na Secretaria de Agricultura lá da Jamaica para contar como é o processo de descriminalização lá, além de vários brasileiros, colombianos, mexicanos, peruanos, né? É uma iniciativa que tem dois anos e a participação em geral é voluntária, mas desde o ano passado eu trabalho no secretariado dessa iniciativa como ponto focal aqui da América Latina, né?

Pensando que a gente vai ter a COP30 aqui no Brasil em novembro, que é um momento importante para pautar essa intersecção. Então, do ponto de vista da coalizão, que tem um texto na revista também, o Brasil é um país-chave, a coalizão entende a relevância do Brasil nesse debate internacional, seja em função da importância para o mercado internacional de cocaína e na América Latina em relação à cannabis, seja porque o Brasil está entre os maiores emissores de gases que provocam a crise climática no mundo, né? E mais da metade dessa poluição é vinculada ao desmatamento e ao uso da terra no país. Então não tem como, para o Brasil é inescapável falar dessa intersecção se a gente, de fato, quiser reduzir a nossa contribuição para a emergência climática.

E aí eu queria deixar aqui registrado o meu agradecimento para a Iniciativa Negra, que abraçou esse desafio, e para a Plataforma Brasileira, que são dois projetos que eu acompanho desde o início, e vi nascer. O campo cresce e o campo se capacita para fazer coisas novas, de forma inovadora, trazendo mais gente e produzindo um repertório nesse cruzamento de movimentos sociais. Então, tanto o campo de política de drogas antiproibicionista precisa melhorar seu repertório sobre a emergência climática e os direitos territoriais, quanto o movimento climático precisa incorporar um repertório sobre a reforma da política de drogas nas suas pautas, na sua agenda política, nas suas narrativas públicas. O projeto também se dispõe a produzir esse repertório a partir dos territórios para alimentar as nossas redes e qualificar o debate inclusive sobre crime organizado no Brasil, inclusive sobre corrupção, sobre direito à saúde, sobre demarcação de terras indígenas e titulação de quilombos, porque todas essas coisas são soluções integradas para essas crises sobrepostas.

MV

Bom, agora eu queria pedir para vocês explorarem um pouco sobre algo que vocês aprenderam durante o desenvolvimento do projeto e que pudesse ser levado para o debate no campo da segurança pública.

RL

Olha, na minha caminhada de quase 30 anos trabalhando com movimentos sociais diversos, a gente vai entendendo que a base de tudo é a segurança territorial. O Brasil tem um grande legado colonial não resolvido em termos de reparação, que é a concentração fundiária. Se a gente olhar, tem um dos textos da Platô que traça um pouco esse histórico e essa sobreposição das leis de terras, a lei de drogas e as leis abolicionistas. Então, está tudo meio conectado. E esse é um passivo histórico que não foi resolvido e se reflete nos modelos de cidades segregadas que a gente tem hoje, nos latifúndios que continuam a prevalecer como modelo de ocupação no campo e com a falta de direitos territoriais de comunidades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e as mais de 100 comunidades tradicionais que são oficialmente reconhecidas no Brasil.

Além da incapacidade do país de proteger as suas áreas públicas, as áreas da União, que são florestas públicas não destinadas, que estão entre as áreas ainda mais

conservadas e remotas do país, e os parques nacionais, as reservas biológicas, as reservas extrativistas, todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que também foi vítima dos desmontes financeiros e legislativos dos últimos anos. Então, aí são terras que estão na mira da bancada Boi, Bala e Bíblia, que domina o Congresso Nacional e que já age de forma interseccional. Isso também é uma premissa da intersecção. Em Brasília, a intersecção já rola. Tem uma bancada que é Boi, Bala e Bíblia e que se sustenta desses pilares coloniais da concentração fundiária desses modelos econômicos que são coloniais, é num país que tem a sua economia estruturada em torno da exportação de commodities primárias, de soja, carne, minério de ferro, para isso ser industrializado ou alimentar cadeias industriais em outros países, a nossa economia é isso.

Na economia do Brasil é isso, então é colonial, associada a essa concentração de terras que na cidade se reflete com a quantidade de pessoas em situação de rua ou em situação de moradia precária, em zonas de risco para eventos climáticos extremos como enchentes e secas, então está tudo conectado. E o proibicionismo, a guerra às drogas, na sua versão brasileira – porque a gente criou uma forma brasileira de implementar essa política, que é extremamente racista, com recorte de gênero também muito cruel – é uma política que é usada para destruir reputações, para prender pessoas e para assassinar pessoas impunemente. E para hospitalizar, internar pessoas em manicômios ou comunidades religiosas. É só para isso que serve.

O que a gente aprende nesse processo é a confirmação de que não funciona em lugar nenhum. Só funciona para fazer esse controle social de territórios, de pessoas que passam a ser criminalizadas por essa política. E eu acho que essa validação dessa tese que vem desses diferentes pontos de vista é a contribuição que esse projeto traz. A gente consegue deslocar de onde esse debate geralmente fica concentrado, as grandes regiões metropolitanas, o varejo de drogas, o combate ao tráfico nas favelas, as grandes operações policiais, as grandes apreensões. Esse lugar que é onde 100% do debate tende a acontecer, para essa questão ampla que se manifesta em todo o território nacional de formas diferentes, mas afetando comunidades de norte a sul do Brasil.

Então, eu acho que o aprendizado é esse, assim, a gente tem um problema real, droga está em tudo, você não precisa gostar, você não precisa usar, você não precisa querer, entendeu? Porém, na realidade, a verdade é essa e o que a gente vai fazer? Porque não é só a polícia que está enxugando gelo. Quem está tentando zerar o desmatamento na

Amazônia sem mexer nisso também está enxugando gelo. Porque não tem como competir. Não tem como competir com o dinheiro que isso mobiliza, com o poder político que isso envolve com as conexões internacionais e com os interesses em geral que estão por trás, né? E que a droga é essa carapuça que serve em qualquer lugar aqui. Vou usar droga para corromper essa pessoa, vou usar o dinheiro da droga para comprar isso aqui, vou usar a mão de obra da droga para abrir essa rota aqui na floresta. Está em tudo, quer as pessoas queiram ou não. Por isso que acho que a nossa missão é chamar atenção para essa realidade e reposicionar esse debate para poder avançar.

RF

Eu acho que a resposta da Rebeca foi perfeita. Gostaria de trazer só mais um ponto de intersecção aqui, que é o petróleo. O petróleo é uma das commodities que acaba criando ou sendo parte, talvez, uma das mais importantes, da crise ambiental, do caos climático e de como a cadeia produtiva das indústrias gira em torno disso. Desde a produção de carros, dos transportes, de logística de tudo, até a produção de plásticos e microplásticos. E aí a gente vê que o petróleo acaba sendo uma fonte dessa cadeia que permite, inclusive, ou a necessidade de revisitarmos e revermos e repensarmos o petróleo. Ele favorece o surgimento ou o ressurgimento, a saída das catacumbas de pensamentos autoritários, de pensamentos da extrema-direita, que vão negar o crime, vão negar a crise climática, o impacto ambiental dessa exploração.

E nisso, a extrema-direita se fortalece à medida que a política de drogas coloca, além do monopólio dos bilhões que são gerados por todos esses crimes aqui que a gente está discutindo há mais de uma hora, como a cocaína, enfim, mas ele acaba colocando uma estrutura onde pobre mata pobre, onde a polícia, que é pobre, mata o pobre que está lá na ponta final, ou é o varejista ou é o camponês. Enquanto os atravessadores são as mesmas pessoas que lucram ou que lavam essa grana. Então, quando a gente está discutindo exploração do petróleo na margem equatorial da Amazônia, na bacia do Rio Amazonas, e a abertura de estradas, de portos, de aeroportos, o que isso pode gerar, a gente vê o quanto uma coisa retroalimenta a outra, o quanto isso vai agravar e vai proporcionar uma celeuma muito maior, muito mais ampla do que aquilo que já existe hoje, por conta não só do petróleo em si, mas de todas essas atividades criminosas que

vão vir a reboque, que vão usar essa infraestrutura na floresta para fortalecer o crime organizado.

Sei lá, é complexo mesmo a situação da gente olhar como uma coisa não está indissociada da outra. A gente vê o petróleo, o avanço da extrema-direita, o negacionismo climático, quanto que isso retroalimenta a violência e a desordem na segurança. Acho que tem um pouco disso também. A intersecção vai continuar e, quem sabe, a gente pode aprofundar e elaborar isso, olhar para essa questão do petróleo com mais cuidado.

RL

Acho que o Renato tocou num ponto-chave, que é, se a gente olhar o que aconteceu ali na região da Bacia de Santos, no Rio de Janeiro, onde estão concentradas as operações do pré-sal e a expansão da extração de gás. O que aconteceu com as comunidades tradicionais ali da região de Ubatuba, Paraty, as comunidades caiçaras, que viveram o aumento da violência na Baixada Santista desde 2006, desde os crimes de maio, são essas frentes de “desenvolvimento”, o dinheiro dessas frentes de “desenvolvimento” tem uma sombra que é o dinheiro da droga. São economias que operam de forma integrada. Toda frente predatória, ultra capitalista de exploração, a economia da droga vem a reboque. Então, você vai conversar com essas comunidades, as facções, os grupos organizados chegaram depois, se consolidaram ali como atores sociais depois da chegada do pré-sal. Importante olhar para o que aconteceu ali, aqui no Sudeste, porque é o que vai acontecer na Foz Equatorial, com esse projeto dessa nova fronteira de petróleo, que é o que está se propondo concretizar. É uma decisão muito séria, essa de abrir essa nova fronteira para exploração de petróleo num lugar de altíssima biodiversidade, né? E que vai funcionar como um indutor direto de desmatamento e poluição e urbanização descontrolada.

É uma discussão que o país devia parar para ter, sabe? Não é um debate que deveria ficar na mão de Ministério de Minas e Energia, Congresso e IBAMA. Esse é um debate e é uma decisão, assim como deveria ter sido com a usina de Belo Monte. São projetos que mudam completamente as regiões onde são implementados, são compromissos de longo prazo que o país assume, não é um governo que está assumindo, não é uma gestão, entendeu? É o país! Belo Monte é um compromisso de 80 anos, todo mundo aqui já vai ter morrido e o negócio vai estar lá ainda, destruindo o Xingu. Então,

assim, a gente tem que amadurecer e refletir de forma estratégica nesse contexto de colapso sistêmico planetário, que é o que representa a crise climática, de mudança nos padrões hidrológicos, de produção de alimentos. Tudo vai mudar e a gente está ainda repetindo erros grotescos, por um lado, com esse tipo de projeto da Foz Equatorial, além de sustentar uma política absurda na sua versão brasileira, que é a proibição das drogas, a guerra às drogas aqui no país, que só mata jovem, prende pobre e estigmatiza usuários e gera todo esse tsunami de problemas integrados.

MV

Muito legal, pessoal. Agora, encaminhando para a conclusão, eu queria saber qual é a expectativa de vocês quanto à recepção dessa edição especial da revista. A estratégia de circulação em espaços além do acadêmico e das entidades do terceiro setor envolvidas no campo, vocês vislumbram desdobramentos concretos a partir dessa contribuição? Como articulações em redes, eventos ou políticas públicas. Por fim, o que vocês gostariam que o leitor levasse consigo ao terminar de ler essa edição da Platô?

RL

Bom, a gente conseguiu imprimir mil cópias da revista, então a gente tem uma estratégia de distribuir uma por uma, é uma estratégia de alcance, de promoção muito direcionada, uma lógica meio anti-algoritmo, a gente quis voltar à velha escola de material impresso e conversas presenciais. Tem um investimento nesse sentido, a gente fez o lançamento aqui em São Paulo, com dois eventos, inclusive um ali no Jardim São Luís, na Zona Sul, e aí a próxima parada vai ser Brasília, agora em maio, depois a gente vai realizar um lançamento em Belém do Pará, um em Salvador, na Bahia, e um no Rio de Janeiro. Nossa ideia é fazer esse circuito com a revista, promover esses encontros.

Então, fiquem ligados, se vocês estiverem em alguma dessas cidades, acompanhem as redes da iniciativa, da plataforma do Intersecção para saberem, porque aí é uma oportunidade também de pegar uma cópia impressa da revista. e, além disso, a gente está divulgando os conteúdos nas redes sociais. O que eu quero que as pessoas levem dessa reflexão primeiro um pouco essa experiência de dar uma parada, sabe? Dar uma saída da rede e tomar um tempo, uma horinha da sua vida para ler, para aprender sobre um tema novo, refletir com calma, com atenção, focar em uma informação. A gente

não queria fazer um vídeo de um minuto, que tivesse um milhão de *views* e um milhão de “ninguém-viu”. Porque aí você já está vendo o *look* do influenciador da semana e já esqueceu do que viu 30 segundos atrás.

Esse é um projeto que exige que tanto nós quanto as pessoas dediquem um tempo, parem para pensar, parem para ouvir, pratiquem essa escutativa - lendo a revista, indo atrás dos autores, conhecendo o trabalho das organizações e entendam o que a gente está falando, o conceito que a gente está jogando para o mundo, né, Baba¹⁴? É a redução de danos ecológica. É essa mistura dos aprendizados que a gente tem de recomposição de vida, de resgate de identidades, de novos comportamentos, que a gente trabalha com pessoas que usam drogas, de prevenção, de mitigação de danos e riscos, e extrapolar isso para nossa vida nos territórios, nos lugares, pensando numa gama mais ampla de direitos e de políticas afirmativas que possam mitigar os danos tanto da proibição quanto da crise climática. A gente é ambicioso, idealista, mas é o que a gente tem aí no mundo.

Queria deixar numa nota mais positiva. Acho que o fato de a gente ter projetos como esse mostram que existe muita inteligência coletiva no Brasil, muita coragem e tem que continuar insistindo e reclamando e se fazendo ouvir, e abrindo espaço, seja com publicações, seja com conversas como essa, para uma pessoa por dia, rompendo esse ciclo de dominação que o proibicionismo e essa loucura que a gente vive de poluição de informação colocou a galera. Então, estamos juntos. Muito obrigada por esse espaço, por ouvir a gente. Leiam a revista, façam sugestões e pensem sobre isso. Obrigada.

RF

Bom, acho que a ideia é espalhar agora, já que o trabalho foi feito e vai ser continuado. Então, é uma oportunidade de que mais pessoas colhem e somem com a gente. Então, acho que, a partir da leitura, acho que talvez acenda a centelha do incômodo. É um assunto indigesto, é um assunto que, como a Rebeca traz, ele será herdado pelas futuras gerações. Acho que se cada vez mais pessoas se mobilizarem, pensarem no assunto, movimentarem essa pauta na qual a gente acredita, um potencial de mudança para a emancipação socioambiental, a coisa se movimenta mais rápido. Então, a gente precisa sair com esse incômodo, dessa conversa, dessa leitura, porque é o incômodo que

¹⁴ Aqui, a entrevistada emprega um apelido através do qual o professor Renato Filev é conhecido entre seus amigos.

faz a gente se movimentar, é o incômodo que faz a gente buscar uma alternativa e uma melhora para a nossa realidade para das futuras gerações. E aí, só lembrando, a gente tem traduções para o espanhol e para o inglês. Então, para quem quiser também acessar e for aqui os *hermanos*, sei que o Marcos está em Buenos Aires, então, se puder divulgar aí para os *hermanos* também, vai ser de grande contribuição para que a gente possa pensar numa saída coletiva, solidária e que a gente possa, de fato, pelo menos presenciar o início dessa mudança.

MV

Pô, maravilha, Filev, divulgo sim. Bom, vamos lá. Excelente, pessoal. Infelizmente, chegamos ao fim desse nosso papo incrível. Queria agradecer a vocês mais uma vez, por se disponibilizarem e pedir para darem seus recados finais e se despedirem de nossos ouvintes. Valeu demais por trazerem todo esse conhecimento para a gente.

RF

Agradeço, então, ao Cannabis Monitor, ao professor Marcos Veríssimo, ao Gustavo Maia, Priscila Rosa, Rebeca Lerer. Teve, assim, uma legião de pessoas, né? A Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Iniciativa Negra, International Foundation. Enfim, muita gente para agradecer. Acho que a agenda continua. Levem as discussões para as marchas da maconha, que já se iniciaram, teve no Rio de Janeiro, dia 14 de junho, será em São Paulo, tem dezenas de cidades do Brasil com agendas para a questão da mudança da política de drogas, mas também vai ter a COP30 em Belém. Então, acho que o assunto esse ano vai reverberar. É importante a gente unir sociedade civil, ativismo, movimento social, instâncias governamentais, porque só assim a gente vai conseguir enxergar novas realidades. Agradeço enormemente ao trabalho do Maconhometro e contem comigo para quando precisar. E agradeço também publicamente à Rebeca Lerer por ter feito toda essa intersecção. Grande amiga querida, estamos juntos. Muito obrigado.

RL

Então, eu e o Baba, a gente é voluntário do coletivo que organiza a Marcha da Maconha São Paulo também há 17 anos, 15 anos, desde o começo. A gente se conheceu, inclusive, na marcha e eu acho que isso é bem importante. Eu sinto esse trabalho que a

gente fez juntos na revista mostra que as pesquisas e a produção intelectual do movimento social pelo fim da guerra às drogas são importantes, nós somos... O Baba é acadêmico, mas eu me considero uma intelectual orgânica formada pelo movimento social brasileiro. Então, o trabalho nas ruas alimenta também a nossa força de luta, então queria também deixar aqui o meu salve para a Marcha da Maconha São Paulo e deixar o convite para que todo mundo participe no dia 14 de junho, a partir de 14h20, lá no MASP, e também apoie as marchas regionais e periféricas, que são auto-organizadas aqui na região metropolitana de São Paulo. Muito obrigada, Maconhometro. Vocês também são parte desse campo de mudança, então, parabéns pelo trabalho, obrigada, e vamos que vamos, vamos com tudo. Fogo na bomba. Desculpa, não sou acadêmica, gente.

MV

Está ótimo.